

Prazos de Inscrição – Avaliação Externa Ensino Básico 2024

Despacho Normativo n.º4/2024, de 21 de fevereiro

Informam-se os interessados que o **prazo de inscrição** para admissão à 1.ª fase das Provas de Equivalência à Frequência (P.E.F.), do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, bem como das provas finais de ciclo e provas de equivalência à frequência, do 3.º ciclo do ensino básico, para alunos autopropostos, de acordo com as orientações registadas no Quadro I, do despacho acima referido, decorre de **26 de fevereiro a 8 de março**, devendo a referida inscrição ser realizada na plataforma PIEPE (<https://jnepiepe.dge.mec.pt/site/login>)

Alerta-se para a necessidade da leitura atenta do Anexo ao Despacho Normativo n.º4/2024, de 21 de fevereiro (Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário), colocada na página web do Agrupamento (<http://www.aeoh.pt/>), nomeadamente no que toca aos assuntos abaixo indicados.

Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensino Básico (Despacho Normativo n.º4/2024, de 21 de fevereiro)	
Assunto	Localização no regulamento
Definição de “Alunos internos”	Artigo 4.º
Definição de “Alunos Autopropostos”	Artigo 5.º
Inscrições	Artigo 6.º
Documentação para inscrição	Artigo 7.º
Identificação da escolar de inscrição	Artigo 8.º
Encargos de inscrição no ensino básico	Artigo 9.º

Para informações relativas a condições especiais de realização de provas, deverá ser feita uma leitura atenta do “ Guia para Aplicação de Condições Especiais na Realização de Provas e Exames – JNE/2024”, relativamente a alunos com necessidades educativas especiais, com problemas de saúde ou incapacidades físicas temporárias. Este guia está disponível para consulta na página web do Agrupamento (<http://www.aeoh.pt/>).

Prazos de inscrição

De acordo com Anexo ao Despacho Normativo n.º4/2024, de 21 de Fevereiro, (Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensino Básico e Secundário), registam-se abaixo as informações relativas aos prazos de inscrição para as provas de equivalência à frequência do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico, bem como aos prazos de inscrição para as provas finais de ciclo e provas de equivalência à frequência, do 3.º ciclo do ensino básico.

QUADRO I

Prazos de inscrição para as provas do ensino básico — 2024

Condições de admissão às provas de equivalência à frequência dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, provas finais e provas a nível de escola do 3.º ciclo do ensino básico		Prazos de inscrição para a 1.ª fase	Prazos de inscrição para a 2.ª fase
Alunos internos	1 — Frequentem o 9.º ano do ensino básico geral, incluindo do PCA ao abrigo do artigo 7.º da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, na sua redação atual, ou um curso artístico especializado (CAE).	Não necessitam de inscrição.	Não aplicável.
	2 — Frequentem ou tenham concluído um PCA ao abrigo do Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro, CEF nível 2, PIEF ou o ensino básico recorrente e que pretendam prosseguir estudos no ensino secundário, em cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino secundário recorrente.	De 26 de fevereiro a 8 de março.	
Alunos autopropostos.	3 — Estejam matriculados nas modalidades de ensino individual ou de ensino doméstico.		De 8 a 10 de julho (2.º e 3.º ciclos) e de 17 a 18 de julho (1.º ciclo).
	4 — Estejam fora da escolaridade obrigatória e não se encontrem a frequentar qualquer escola e sejam detentores do ciclo de estudo anterior.		
	5 — Estejam fora da escolaridade obrigatória e que frequentem qualquer ano de escolaridade dos 2.º ou 3.º ciclos e tenham anulado a matrícula até ao 5.º dia útil do 3.º período letivo.	De 26 de fevereiro a 8 de março ou, após 8 de março, nos dois dias úteis após a anulação da matrícula.	
	6 — Frequentem o 4.º ou o 6.º ano de escolaridade, completem, respetivamente, 14 ou 16 anos até ao final do ano escolar e não tenham obtido aprovação na avaliação interna final.	Dois dias após a afixação das pautas de avaliação interna final.	
	7 — Estejam no 9.º ano e não reúnam condições de admissão como alunos internos para as provas finais do ensino básico da 1.ª fase, em resultado da avaliação sumativa interna final do 3.º período (realizam provas de equivalência à frequência na 1.ª fase e provas finais na 2.ª fase e, se aplicável, também provas de equivalência à frequência).		
	8 — Estejam no 9.º ano e tenham realizado na 1.ª fase provas finais, na qualidade de alunos internos, e não tenham obtido aprovação na avaliação sumativa final, com a ponderação das classificações obtidas nas provas finais realizadas.	Não aplicável.	
	9 — Frequentem o 4.º ou o 6.º ano de escolaridade, completem, respetivamente, 14 ou 16 anos até ao final do ano escolar e tenham ficado retidos por faltas, por aplicação do previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro — Estatuto do Aluno e Ética Escolar (realizam provas de equivalência à frequência na 1.ª fase e, se aplicável, também na 2.ª fase).	Dois dias após a afixação das pautas de avaliação interna final.	
	10 — Frequentem o 9.º ano de escolaridade e tenham ficado retidos por faltas, por aplicação do previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro — Estatuto do Aluno e Ética Escolar (realizam provas de equivalência à frequência na 1.ª fase e provas finais na 2.ª fase e, se aplicável, também provas de equivalência à frequência).		
	11 — Pretendam concluir disciplinas da componente de formação específica de um CAE cujo ano terminal frequentaram sem aprovação.		
	12 — Não tendo estado matriculados, pretendam concluir disciplinas da componente de formação que é específica de um CAE do ensino básico.	De 26 de fevereiro a 8 de março.	
	13 — Frequentem ou tenham concluído um curso vocacional (no caso da Região Autónoma dos Açores), um curso EFA, um processo de RVCC ou outras ofertas educativas e formativas e pretendam prosseguir estudos nos cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino secundário recorrente.		
	14 — Frequentem ou tenham concluído um PCA ao abrigo do Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de janeiro, CEF nível 2, PIEF ou o ensino básico recorrente e não tenham reunido condições para prosseguir estudos nos cursos científico-humanísticos, excluindo os do ensino secundário recorrente, após a 1.ª fase.	Não aplicável.	

AEOH, 26 de fevereiro de 2024

O Diretor,

